



CONCURSO PÚBLICO PARA A SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA
IGUAÇU

PROVA OBJETIVA – (TARDE)

ANALISTA TÉCNICO EM QUALIFICAÇÃO, SELEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SAÚDE – CONTÁBIL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **40 (quarenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Na frase “A arte existe porque a vida não basta”, só **não** é possível afirmar que

- (A) a vida é insuficiente.
- (B) a arte complementa a vida.
- (C) arte e vida independem uma da outra.
- (D) existe um ponto de vista sobre o que é arte.
- (E) a vida não bastar é a razão de a arte existir.

2

Sobre a propaganda “Se beber, não dirija”, avalie as sentenças a seguir.

- I. A oração subordinada veicula ideia de condição.
- II. É possível trocar a ordem das orações, subordinada e principal, sem que haja alteração de sentido.
- III. A pontuação se justifica pela inversão da ordem da oração principal.
- IV. O conectivo poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por “desde que”.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

3

Na frase: “Maria disse à Joana que ela seria selecionada para a vaga”, a ambiguidade é causada em função

- (A) da polissemia de um termo.
- (B) da imprecisão do referente.
- (C) do uso incorreto do hiperônimo.
- (D) do conectivo generalizante.
- (E) da abrangência do termo resumitivo.

4

Assinale a opção em que a retirada do artigo em destaque implica alteração de sentido na frase.

- (A) Trabalhamos todo o dia.
- (B) O seu vizinho é muito silencioso.
- (C) A Argentina possui muitos pontos turísticos.
- (D) Fomos visitar a Maria, porque ela não estava bem.
- (E) Encontramos o nosso cachorro perdido na rua.

5

Assinale a opção gramaticalmente correta.

- (A) Os professores não aderiram à paralização.
- (B) Este é um exemplo de mal uso do dinheiro público.
- (C) Há muita sujeira em baixo da mesa.
- (D) A última seção do filme já vai começar.
- (E) Comeu bastantes salgadinhos na festa da prima.

Raciocínio Lógico

6

Considere a seguinte afirmação:

Todo restaurante capixaba vende moqueca e caranguejada.

A negação dessa proposição é logicamente equivalente a

- (A) Há, pelo menos, um restaurante capixaba que não vende moqueca ou não vende caranguejada.
- (B) Há, pelo menos, um restaurante capixaba que não vende moqueca, nem vende caranguejada.
- (C) Todos os restaurantes capixabas não vendem moqueca ou não vendem caranguejada.
- (D) Todos os restaurantes capixabas não vendem moqueca, nem vendem caranguejada.
- (E) Todo restaurante que não vende moqueca, nem vende caranguejada, não é capixaba.

7

A dosagem máxima diária de um medicamento administrável a uma pessoa em tratamento é calculada a partir da proporção de 4 gotas para cada 1,5 kg de sua massa corporal.

O número de gotas desse medicamento que compõe a dosagem máxima administrável a uma pessoa com 75 kg, é de

- (A) 300.
- (B) 200.
- (C) 150.
- (D) 100.
- (E) 50.

8

Um restaurante *self-service* oferece pacotes especiais para grupos, com diferentes preços unitários de pratos, conforme a faixa de consumo. A tabela a seguir, por exemplo, apresenta o preço unitário dos pratos sem carne bovina e sem frango, por faixa de consumo.

Número de pratos sem carne bovina e sem frango consumidos pelo grupo	Preço unitário
1 - 20	R\$25,00
21 - 30	R\$23,00
30 - 40	R\$20,00
40+	R\$18,00

Um grupo formado por 300 pessoas foi a esse restaurante, e cada pessoa comeu um prato. Ao total, 250 pessoas do grupo comeram carne bovina e 28 comeram frango. Entre essas pessoas, 14 comeram ambos os tipos de carne.

O total pago pelos pratos sem carne bovina e sem frango foi de

- (A) R\$900,00.
- (B) R\$828,00.
- (C) R\$782,00.
- (D) R\$720,00.
- (E) R\$648,00.

9

A representação decimal da fração $\frac{3}{7}$ é dada a seguir:

$$\frac{3}{7} = 0,428571428 \dots$$

O primeiro algarismo presente em tal representação, após a vírgula, é 4.

O milésimo algarismo presente em tal representação, após a vírgula, é

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 2.

10

O setor de Emergência de um hospital monta as suas equipes plantonistas com especialistas nas áreas de Obstetrícia, Pneumologia, Cardiologia e Ortopedia. O quadro de plantonistas conta com 5 especialistas de cada área e as equipes plantonistas são montadas com 2 especialistas de cada área.

O número máximo de equipes plantonistas distintas, que podem ser montadas, é

- (A) 10 000.
- (B) 1 250.
- (C) 625.
- (D) 40.
- (E) 25.

Saúde Pública - SUS

11

O Conselho Municipal de Saúde recebeu denúncias sobre dificuldades no acesso a consultas especializadas e exames entre municípios da região. O gestor propôs articular ações interfederativas por meio da Comissão Intergestores Regional (CIR) para organizar o atendimento e partilhar responsabilidades entre os entes federativos.

As principais normas que orientam essa situação são:

- (A) Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.666/1993.
- (B) Lei nº 8.142/1990, Decreto nº 7.508/2011 e Lei nº 8.666/1993.
- (C) Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.142/1990 e Decreto nº 7.508/2011.
- (D) Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080/1990 e Decreto nº 7.508/2011.
- (E) Lei nº 8.080/1990, Decreto nº 7.508/2011 e Lei nº 8.666/1993.

12

Em uma Unidade de Saúde foi priorizado o atendimento de um idoso com múltiplas comorbidades, enquanto outros usuários aguardavam. Essa decisão foi justificada pela equipe como forma de atender às maiores necessidades em saúde.

O princípio do SUS que justifica a decisão da equipe é o de

- (A) universalidade.
- (B) equidade.
- (C) integralidade.
- (D) regionalização.
- (E) participação social.

13

Uma forte chuva ocorrida em região urbana resultou em inundações em diferentes bairros da cidade, causando a interrupção de serviços essenciais. Após as enchentes, houve um aumento de casos de leptospirose e de doenças respiratórias, além de relatos de acidentes de trabalho e preocupações ambientais relacionadas à qualidade do ar e ao lixo acumulado.

Considerando esse contexto, analise os itens a seguir.

- I. A vigilância epidemiológica contribuirá para monitorar a incidência de doenças transmissíveis e detectar rapidamente novos casos que possam surgir após o desastre.
- II. A vigilância sanitária será importante na fiscalização do abastecimento de água e alimentos, além de garantir o cumprimento de normas de higiene e segurança das estruturas públicas e privadas afetadas.
- III. A vigilância em saúde ambiental se encarregará de identificar fatores de risco relacionados à qualidade do ar, ao acúmulo de lixo e às condições do solo e da água, promovendo ações de controle e mitigação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Em março de 2025, a Prefeitura de Nova Iguaçu promoveu vacinação itinerante contra a influenza, com o “Ônibus da Saúde” percorrendo locais de grande circulação, das 8h às 14h. Além da vacina contra a gripe, foram oferecidas vacinas de rotina, como sarampo e Covid-19.

Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu (31/03/2025).

A iniciativa amplia o acesso da população às vacinas e complementa o trabalho das unidades básicas de saúde.

Analisar as afirmativas a seguir e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A vacinação itinerante exemplifica a universalidade do SUS e a PNAB, que organiza as ações de imunização na Atenção Básica.
- () A iniciativa assegura universalidade e integralidade ao oferecer acesso irrestrito e cuidado contínuo.
- () Com a CF/88 e a Lei nº 8.080/1990, a saúde passou a ser direito universal e dever do Estado, incluindo a vacinação na Atenção Básica.
- () A vacinação itinerante, com apoio das equipes da ESF, demonstra integração entre Vigilância Epidemiológica e PNAB.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) V – V – V – F.
- (B) V – V – V – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – F – V – F.

15

Em agosto de 2025, a Prefeitura de Nova Iguaçu realizou mutirão com atendimentos especializados e vacinação, pelo programa federal “Agora Tem Especialistas”, aplicando a metodologia de Oferta de Cuidados Integrados (OCI), que reúne consultas, exames e diagnóstico em um único fluxo.

Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu (09/08/2025).

A OCI integra procedimentos clínicos, diagnósticos e de gestão, fortalecendo a Atenção Básica e promovendo cuidado contínuo no território. Analisar as afirmativas a seguir e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A metodologia de Oferta de Cuidados Integrados fortalece a Atenção Primária e o atributo da longitudinalidade da PNAB.
- () O financiamento do SUS é tripartite, envolvendo União, estados e municípios.
- () A OCI expressa o princípio da integralidade e reforça a continuidade do cuidado no território.
- () A PNAB define a imunização e o cuidado oncológico como atribuições exclusivas da atenção especializada.

As afirmativas são, respectivamente

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – V – V – V.
- (E) V – V – V – F.

Gestão de Parcerias

16

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida por meio de políticas sociais e econômicas, com acesso universal e igualitário.

Nesse sentido, cabe ao Poder Público

- (A) considerar a saúde como atividade sujeita às regras do mercado.
- (B) exercer a função de regulamentar, fiscalizar e controlar os serviços.
- (C) assegurar o direito por meio da ampliação da rede privada de serviços.
- (D) priorizar a execução das ações por meio da estrutura administrativa estatal.
- (E) delegar a gestão integral das ações de saúde a entidades privadas contratadas.

17

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 197, dispõe que as ações e os serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público regulamentar, fiscalizar e controlar sua execução. Esse dispositivo admite que tais serviços sejam realizados por terceiros, o que, na prática, permitiu o desenvolvimento de parcerias reguladas por leis posteriores.

Nessa perspectiva, a execução indireta das ações dos serviços de saúde pode envolver:

- (A) partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) órgãos da administração direta de qualquer esfera federativa.
- (C) empresas públicas com exclusividade em serviços assistenciais.
- (D) entidades do terceiro setor, sob fiscalização e controle do Poder Público.
- (E) conselhos de classe profissional, sem necessidade de regulação estatal.

18

As Organizações Sociais (OSs) constituem uma das formas de parceria entre Estado e sociedade civil, previstas em lei.

As OSs desempenham papel relevante na gestão de serviços públicos, especialmente na área da saúde, mediante

- (A) autorizações administrativas concedidas de forma precária e unilateral.
- (B) contratos privados de prestação de serviços, sem mecanismos de controle.
- (C) convênios de cooperação estabelecidos entre órgãos e entidades públicas.
- (D) concessões de serviços públicos voltadas a atividades de caráter econômico.
- (E) contratos de gestão que fixam metas, indicadores e acompanhamento estatal.

19

A Lei nº 9.637/1998 estabelece requisitos específicos para que entidades privadas possam ser qualificadas como Organizações Sociais (OSs).

Entre esses requisitos, está a obrigatoriedade de

- (A) registro de seus atos constitutivos sobre a natureza social em cartório, após o início da parceria.
- (B) distribuição anual de seus excedentes financeiros entre os membros da diretoria colegiada.
- (C) previsão de participação de membros da comunidade no órgão colegiado de deliberação superior.
- (D) comprovação de finalidade não-lucrativa com incorporação integral do patrimônio e de resultados aos voluntários.
- (E) distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido, em razão de falecimento de associado ou membro da entidade.

20

A Lei nº 9.637/1998 prevê que o Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior das Organizações Sociais (OSs), responsável por funções de direção e controle, essenciais à gestão dessas entidades.

Assinale a opção que apresenta corretamente uma de suas atribuições privativas.

- (A) Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos.
- (B) Autorizar a proposta de contrato de gestão da entidade com empresas privadas.
- (C) Homologar concursos públicos para a contratação de servidores estatutários.
- (D) Conceder participação nos lucros aos empregados e voluntários da entidade.
- (E) Negociar a remuneração dos membros da diretoria colegiada conforme desempenho.

21

A Lei nº 9.637/1998 define o contrato de gestão como o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social (OS), estabelecendo as atribuições, responsabilidades e obrigações de ambas as partes.

Esse contrato deve conter obrigatoriamente a

- (A) especificação do programa de trabalho proposta pelo Poder Público.
- (B) previsão de lucro distribuível entre os associados da OS contratada.
- (C) exclusividade de gestão para a administração pública direta, na área pactuada.
- (D) estipulação dos limites para despesa com remuneração a ser percebida pelos dirigentes e voluntários.
- (E) especificação do programa de trabalho, metas, prazos de execução e critérios de avaliação de desempenho.

22

A Lei Municipal nº 4.224/2013 estabelece as hipóteses de qualificação de entidades como Organizações Sociais (OSs) em Nova Iguaçu.

No caso das entidades que atuam na área da saúde, a legislação determina que sua atuação pode ocorrer, entre outros espaços, em

- (A) Unidades de Saúde vinculadas a seguros médicos.
- (B) Serviços de saúde exclusivos para servidores municipais.
- (C) Hospitais Municipais e Unidades de Pronto Atendimento.
- (D) Unidades Privadas de saúde vinculadas a planos de saúde.
- (E) Hospitais Estaduais de referência situados fora do território municipal.

23

De acordo com a Lei Municipal nº 4.224/2013, os contratos de gestão firmados com Organizações Sociais de Saúde em Nova Iguaçu estão sujeitos a mecanismos específicos de fiscalização e acompanhamento.

Nesse sentido, a lei determina que

- (A) o controle externo cabe ao Poder Executivo, enquanto o interno é de responsabilidade da Câmara de Vereadores.
- (B) o controle externo é atribuição da Câmara de Vereadores, com auxílio do Tribunal de Contas, cabendo ao Poder Executivo o controle interno.
- (C) a Câmara de Vereadores exerce o controle interno, enquanto o Tribunal de Contas assume o controle externo em cogestão com o Poder Executivo.
- (D) o controle interno e externo é de responsabilidade exclusiva do Ministério Público, sem coparticipação dos órgãos municipais na fiscalização.
- (E) a função de controle interno e externo deve ser desempenhada pelo mesmo órgão, a fim de garantir unidade de fiscalização dos contratos.

24

O Decreto Municipal nº 11.742/2019 regulamenta a Lei nº 4.224/2013 e estabelece regras para a qualificação de entidades como Organizações Sociais (Oss) de Saúde, no município de Nova Iguaçu.

De acordo com esse decreto,

- (A) cabe à Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) qualificar e cadastrar as OSs de Saúde no município.
- (B) a qualificação e o cadastro das OSs de Saúde são competência da Câmara Municipal de Vereadores.
- (C) a Comissão de Qualificação, composta por 04 servidores, é presidida pelo secretário municipal de saúde.
- (D) a Comissão de Qualificação será composta por membros indicados pelas próprias entidades interessadas.
- (E) a presidência da Comissão de Qualificação deve ser exercida por representante do Tribunal de Contas do Estado.

25

O Decreto Municipal nº 11.742/2019 estabelece que, após análise do relatório da Comissão de Qualificação, a decisão sobre o deferimento ou o indeferimento do pedido de qualificação das Organizações Sociais (Oss) de Saúde em Nova Iguaçu compete à/ao

- (A) Prefeito Municipal.
- (B) Câmara de Vereadores.
- (C) Secretário Municipal de Saúde.
- (D) Procurador-Geral do Município.
- (E) Presidente da Comissão de Qualificação.

26

A entidade qualificada como Organização Social (OS) é declarada de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Nessa perspectiva, os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens públicos, devem

- (A) arquivar o relatório de fiscalização, salvo quando houver reincidência da irregularidade.
- (B) suspender imediatamente o contrato, sem necessidade de comunicação a outros órgãos.
- (C) instaurar diretamente processo administrativo disciplinar contra os dirigentes da entidade.
- (D) comunicar o fato ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- (E) encaminhar a denúncia exclusivamente ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

27

Nas contratações complementares de serviços de saúde, deverão ser observados os princípios e as diretrizes do SUS, bem como a necessidade de ampliação da oferta e os recursos disponíveis.

A previsão dessas necessidades deve integrar os instrumentos de planejamento do SUS, de modo que

- (A) a Programação Anual de Saúde seja facultativa para municípios com menos de 50 mil habitantes.
- (B) o Plano Municipal de Saúde seja elaborado anualmente, devendo ser submetido ao Conselho Nacional de Saúde.
- (C) o Plano Municipal de Saúde apresente metas detalhadas de execução anual, dispensando a Programação Anual de Saúde.
- (D) a Programação Anual de Saúde substitua o Relatório Anual de Gestão, visto que eles têm a mesma função de avaliação.
- (E) o Plano Municipal de Saúde contenha a previsão das necessidades com detalhamento na Programação Anual de Saúde.

28

O art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, autoriza que a lei estabeleça os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Essa regra deve ser interpretada em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a publicidade garante a inexigibilidade de divulgação dos contratos temporários, já que sua natureza é emergencial.
- (B) a eficiência autoriza contratações temporárias ilimitadas, desde que atendam à necessidade administrativa.
- (C) a impessoalidade permite a livre escolha de contratados pelo administrador, sem critérios objetivos ou previamente definidos.
- (D) a observância do princípio da legalidade exige que as hipóteses de contratação temporária estejam previstas em lei específica.
- (E) a contratação temporária atende ao princípio da moralidade, quando é utilizada como substituto permanente do concurso público.

29

De acordo com o art. 199, §1º, da Constituição Federal de 1988, a participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde (SUS) ocorre de forma complementar, observadas as diretrizes do sistema.

Nessa hipótese, a Constituição estabelece que

- (A) a livre iniciativa dispensa qualquer ordem de preferência na contratação.
- (B) a contratação com instituições privadas é restrita a situações emergenciais e temporárias.
- (C) a participação privada no SUS se dá exclusivamente por meio de concessões de serviços públicos.
- (D) a contratação deve priorizar entidades com fins lucrativos, em razão da maior capacidade de investimento.
- (E) as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm preferência na formalização dos contratos ou convênios.

30

O monitoramento, a avaliação e a fiscalização dos contratos na área da saúde são instrumentos essenciais de defesa do interesse público, assegurando que os serviços sejam prestados com qualidade e em conformidade com as metas estabelecidas.

Compete à Comissão de Acompanhamento, no processo de execução contratual,

- (A) avaliar o cumprimento das metas quali-quantitativas e físico-financeiras.
- (B) elaborar relatórios de acompanhamento restritos à análise contábil dos repasses financeiros.
- (C) fiscalizar a execução contratual de forma complementar ao setor demandante, sem prejuízo de suas atribuições.
- (D) autorizar a continuidade da execução contratual quando constatadas falhas graves justificadas pela contratada.
- (E) censurar denúncias recebidas para descredenciamento da entidade que descumprir as obrigações constantes do contrato.

31

Nos contratos administrativos de prestação de serviços de saúde de natureza contínua, o prazo de vigência pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme prevê a legislação.

Sobre a análise da prestação de contas e dos relatórios de execução, é correto afirmar que

- (A) os relatórios de execução contratual substituem a necessidade de prestação de contas junto aos órgãos de controle.
- (B) a coincidência entre vigência contratual e ano civil é exigência legal absoluta para facilitar a consolidação orçamentária.
- (C) a prestação de contas deve ser realizada ao final do exercício financeiro, ainda que o contrato tenha duração superior a um ano civil.
- (D) a prorrogação contratual além de 60 meses somente é admitida em caso de atraso na apresentação dos relatórios de execução financeira.
- (E) a duração dos contratos contínuos deve coincidir obrigatoriamente com o exercício financeiro, vedada a prorrogação que ultrapasse o ano civil.

32

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC – Lei nº 13.019/2014) instituiu novos instrumentos jurídicos para a formalização de parcerias entre o poder público e entidades privadas sem fins lucrativos.

Considerando essa legislação, é correto afirmar que

- (A) o termo de parceria é o único instrumento admitido pelo MROSC, substituindo convênios, termos de colaboração e termos de fomento.
- (B) o contrato de gestão é o instrumento típico do MROSC, utilizado para parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).
- (C) o MROSC não prevê transferência de recursos financeiros, restringindo-se a parcerias de cooperação técnica sem ônus para o poder público.
- (D) o termo de fomento é utilizado quando a proposta de parceria é apresentada pela organização da sociedade civil, prevendo repasse de recursos financeiros.
- (E) o termo de colaboração é firmado quando a proposta de parceria parte da própria organização da sociedade civil, envolvendo transferência de recursos públicos.

33

Os Sistemas de Informação em Saúde instrumentalizam e apoiam a gestão do SUS em processos como planejamento, programação, regulação, controle, avaliação e auditoria. A utilização integrada desses sistemas permite à Administração Pública tomar decisões mais qualificadas sobre alocação de recursos e monitoramento do desempenho dos serviços.

Considerando esse contexto, é correto afirmar que

- (A) o SIM e o SINASC são utilizados para regulação do acesso a procedimentos eletivos de média e alta complexidade.
- (B) o SISAB/e-SUS AB é dedicado exclusivamente ao acompanhamento de gastos hospitalares e de alta complexidade no SUS.
- (C) o SISREG registra informações sobre estabelecimentos e profissionais de saúde, servindo de base cadastral para auditorias do SUS.
- (D) o CNES é voltado prioritariamente ao registro de óbitos e nascimentos, sendo fundamental para estudos epidemiológicos sobre mortalidade e natalidade.
- (E) o SIH/SUS e o SIA/SUS produzem informações essenciais para o monitoramento de internações e procedimentos ambulatoriais, constituindo instrumentos de avaliação físico-financeira.

Fiscalização de Contratos - Contábil

34

Durante a execução de auditoria interna, um auditor fiscaliza contratos celebrados por uma Prefeitura com entidades privadas de saúde, sem fins lucrativos, enquadradas como Organizações Sociais, para prestação de serviços hospitalares à população. Ao revisar a contabilidade e a documentação fiscal dessas entidades, o auditor analisa a aplicação da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, verificando também a observância às imunidades e isenções tributárias.

No relatório preliminar, o auditor registra as seguintes conclusões:

- I. A ITG 2002 exige que as entidades sem fins lucrativos evidenciem, em notas explicativas, a origem e aplicação dos recursos, inclusive de subvenções públicas, de forma segregada das demais receitas e despesas.
- II. As imunidades tributárias previstas no art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal dispensam automaticamente a entidade do cumprimento de obrigações acessórias perante a Receita Federal.
- III. A fruição de isenções tributárias, como a do imposto de renda, depende de atendimento a requisitos legais e regulamentares, não se tratando de um direito automático decorrente da natureza jurídica da entidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

35

No curso de uma auditoria externa independente, o auditor analisa as demonstrações contábeis de uma Organização Social de saúde que mantém contrato de gestão com uma Prefeitura. As demonstrações incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas. Durante a análise, o auditor registra as seguintes observações:

- I. O Balanço Patrimonial deve evidenciar separadamente os ativos e passivos de curto e longo prazo, permitindo avaliar a liquidez e a estrutura de capital da entidade.
- II. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pelo método indireto, inicia-se com o resultado do exercício ajustado por itens que não afetam o caixa e pelas variações nas contas operacionais.
- III. As Notas Explicativas devem detalhar políticas contábeis, eventos subsequentes e informações sobre convênios e parcerias relevantes, complementando as demonstrações principais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I apenas
- (B) I, II e III
- (C) I e II apenas
- (D) I e III apenas
- (E) II e III apenas

36

Um contador especializado em fiscalização de contratos da Secretaria Municipal de Saúde é designado para analisar a prestação de contas de um contrato de gestão firmado com uma Organização Social, bem como de convênios destinados à execução de serviços complementares. O trabalho deve contemplar a verificação da execução físico-financeira, a regularidade das despesas e a conformidade com o plano de trabalho e as cláusulas contratuais.

O procedimento adequado para assegurar a fidedignidade da prestação de contas é

- (A) focar unicamente na conferência formal das notas fiscais apresentadas, sem relacioná-las com as atividades executadas.
- (B) analisar somente os documentos de receita e a movimentação de recursos, sem avaliar a execução física estabelecida no contrato ou convênio.
- (C) verificar apenas se houve aplicação integral dos recursos, independentemente da comprovação documental e da vinculação ao objeto pactuado.
- (D) realizar exclusivamente a conciliação bancária das contas vinculadas ao contrato, verificando apenas se os saldos coincidem com os extratos.
- (E) comparar os resultados e metas atingidos com os indicadores previstos no plano de trabalho e confrontar as despesas realizadas com as previsões orçamentárias, verificando a aderência às cláusulas contratuais.

37

Um contador especializado em fiscalização de contratos da Secretaria Municipal de Saúde é designado para analisar a execução orçamentária e financeira de contratos de gestão e convênios firmados com entidades do terceiro setor e sem fins lucrativos. Durante a conferência dos registros contábeis, ele precisa associar corretamente os conceitos de execução da despesa pública, previstos na Lei nº 4.320/64, às respectivas definições:

- 1 – Liquidação
- 2 – Pagamento
- 3 – Empenho

- () Segundo estágio de execução da despesa pública, que consiste na verificação objetiva do cumprimento contratual, de onde nasce o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Nesta etapa são realizados os atos de conferência do objeto contratado, que pode ser serviços prestados ou bens fornecidos ou entregues.
- () Primeiro estágio da execução da despesa pública que se caracteriza pelo ato emanado de autoridade competente que compromete parcela de dotação orçamentária disponível. Funciona como garantia ao credor do ente público de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.
- () Estágio da despesa pública em que a unidade estatal efetiva a transferência de recursos ao ente responsável pela prestação do serviço ou fornecimento do bem, recebendo a devida quitação.

A sequência da correlação correta é

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 2, 1 e 3.
- (C) 2, 3 e 1.
- (D) 1, 3 e 2.
- (E) 3, 1 e 2.

38

Em auditoria interna realizada no âmbito do Plano Anual de Auditorias Internas – PAAINT, o auditor verifica um contrato de gestão entre a Secretaria Municipal de Saúde e uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pela administração de um hospital municipal. No exame das folhas de pagamento e dos relatórios contábeis, apura-se que, em determinado mês, a entidade pagou R\$ 80.000,00 em remuneração total a seus empregados e obteve receita de R\$ 200.000,00 com o contrato.

A legislação aplicável prevê as seguintes alíquotas: INSS patronal 20%, FGTS 8%, PIS 1%, COFINS 3% e CSLL 1%. O valor total que deveria ter sido recolhido no mês, somando os tributos e encargos, é

- (A) R\$ 27.200,00.
- (B) R\$ 28.300,00.
- (C) R\$ 28.400,00.
- (D) R\$ 28.500,00.
- (E) R\$ 28.600,00.

39

Em auditoria interna programada no Plano Anual de Auditorias Internas – PAAINT, um auditor é designado para fiscalizar contratos firmados entre uma Prefeitura e entidades privadas de saúde sem fins lucrativos, responsáveis pela gestão de unidades hospitalares. No trabalho, o auditor executa procedimentos contábeis e operacionais para verificar a correta aplicação dos recursos públicos, analisando registros, documentos e a aderência dos gastos ao plano de trabalho. Ao final, o auditor registra as seguintes conclusões:

- I. A auditoria operacional avalia, além da conformidade legal, aspectos de economicidade, eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos.
- II. A auditoria contábil, no setor público, deve seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e considerar o cumprimento das metas físicas e financeiras pactuadas.
- III. O controle interno, no âmbito da entidade auditada, deve restringir-se exclusivamente ao registro contábil das operações financeiras, não sendo função sua identificar falhas operacionais ou de gestão.
- IV. A ausência de comprovação documental de uma despesa não impede sua aceitação pela auditoria, desde que existam testemunhos orais de que o serviço foi prestado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

40

Em auditoria interna da Secretaria Municipal de Saúde, um auditor fiscaliza o contrato de gestão com uma entidade privada sem fins lucrativos responsável por administrar uma UPA municipal.

Na prestação de contas, a entidade informa que o custo total mensal do serviço foi composto por:

- Despesas com pessoal: R\$ 120.000,00
- Medicamentos e insumos: R\$ 45.000,00
- Serviços terceirizados de apoio (limpeza, segurança, lavanderia): R\$ 25.000,00
- Custos administrativos rateados: R\$ 10.000,00

Durante a auditoria, constatou-se que R\$ 3.000,00 do valor de serviços terceirizados eram de despesas não relacionadas ao contrato e foram excluídas.

Além disso, o auditor verificou que os custos administrativos já tinham sido parcialmente cobertos por outra fonte de recurso da entidade em R\$ 5.000,00, restando apenas R\$ 5.000,00 relativo ao contrato de gestão. O contrato prevê que a Prefeitura ressarcirá apenas 90% do custo total elegível.

O valor que a Prefeitura deverá ressarcir no mês é

- (A) R\$ 171.300,00.
- (B) R\$ 172.500,00.
- (C) R\$ 172.700,00.
- (D) R\$ 172.800,00.
- (E) R\$ 173.000,00.

Realização

